
RELIGIÃO, CULTURA E ESPAÇO PÚBLICO – EMERSON ALESSANDRO GIUMBELLI

RELIGIÓN, CULTURA Y ESPACIO PÚBLICO – EMERSON ALESSANDRO GIUMBELLI

RELIGION, CULTURE AND PUBLIC SPACE – EMERSON ALESSANDRO GIUMBELLI

*Amanda Costa Pinheiro**

*Daiana Nunes Rosa***

Emerson Giumbelli possui mestrado (1995) e doutorado (2000) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor do Departamento de Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autor dos livros “Símbolos Religiosos em Controvérsias” (2014), “O Fim da Religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França” (2002), “O Cuidado dos Mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo” (1997). É co-organizador dos livros “Religión, Cultura y Política en las Sociedades del Siglo XXI” (2013), “A Religião no Espaço Público” (2012) e “Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos” (2016).

Atualmente, dedica-se a pesquisar sobre a categoria cultura como mediadora produtiva da relação entre religião e espaço público, sendo sua indagação central referente ao papel que esta esfera, com as elaborações e ações a ela associadas, vem tendo na regulação da religião, entendendo os agentes religiosos ao mesmo tempo como objeto e colaboradores destes processos. Seu olhar se debruça sobre o assim chamado *gospel*, com foco nos evangélicos, o turismo religioso relacionado ao catolicismo e as políticas culturais que incidem sobre o universo afro-brasileiro.

A entrevista a seguir foi realizada em abril de 2016, por ocasião da oferta da disciplina “Religião no espaço público: considerações contemporâneas”, ministrada junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Suas produções têm problematizado a religião no espaço público, discussões que vêm sendo realizadas também pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder¹, da mesma universidade, que articulou a vinda do Prof. Giumbelli para inserção no PPGSeD.

Como surgiu o interesse pelo estudo da religião em sua trajetória acadêmica?

Emerson Giumbelli: Este é um tema que me acompanha desde a minha graduação em Ciências Sociais. Um autor que marcou minha formação inicial foi Max Weber, sobretudo no que se refere à religião. Me chamou atenção

o fato de que, na modernidade, as discussões apontavam que a religião seria um problema, algo que deveria ser superado e que no limite deveria desaparecer. Estes apontamentos causaram certa inquietação e, a partir de então, comecei meu interesse em pesquisar sobre religião.

Na época, a minha pesquisa na graduação não lidou diretamente com essa questão, mas no mestrado já se estabeleceu de uma maneira bastante forte, pois pesquisei sobre o espiritismo, exatamente o espiritismo que em certo momento foi criminalizado pelo Estado brasileiro por meio do Código Penal de 1890. No doutorado, retomo a questão da discriminação, porém focando na Igreja Universal do Reino de Deus, que, mais recentemente, nos anos 1990, também foi vista pela sociedade como um problema.

Desta maneira, as minhas pesquisas enfatizam a relação entre religião e sociedade, procurando compreender como a religião se insere na sociedade e como esta lida com a religião, considerando que o religioso sempre se expressa de maneira diversa, uma vez que temos que considerar o pluralismo, ou seja, diferentes religiões ou tradições religiosas. Enfim, diria que desde a minha graduação esse tema me acompanha, essa indagação esteve comigo ao longo da minha trajetória e, a partir dela, tentei traduzir em outros questionamentos, me dedicando a diferentes campos de dados e de problemas.

Parte da literatura mostra que, durante o processo de laicização do Estado, a Igreja Católica obteve favorecimentos junto ao Estado, diferente de algumas instituições religiosas que sofreram certa discriminação. Como o senhor enxerga esta relação entre Igrejas e Estado na contemporaneidade? No caso do Brasil, é possível afirmar que ainda há proeminência da Igreja Católica?

Emerson Giumbelli: Acredito que o quadro tem mudado. Tenho trabalhado com algumas questões que evidenciam como, sobretudo, os evangélicos têm adquirido um protagonismo na relação entre religião e Estado. A atuação destes religiosos no Congresso Nacional é um exemplo desta mudança, e tenho tentado mostrar que, em relação a assuntos específicos, os evangélicos têm assumido a responsabilidade pelo tema da liberdade religiosa. Nesse sentido, essa é uma indicação de que o cenário mudou. Vou ressaltar o significativo episódio do acordo entre o Estado brasileiro e a Santa Sé, celebrado em 2009 e ratificado em 2010 pelo Congresso Nacional.

A existência deste acordo e a forma com que ele foi firmado mostram como a Igreja Católica ainda ocupa uma posição bastante proeminente, uma vez que se trata de um acordo negociado entre algumas pessoas da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), os representantes do Vaticano e o Estado brasileiro. Houve nesta ocasião uma mobilização dessas instâncias sem um conhecimento maior por parte da sociedade, ou seja, acreditavam que se tratava de assunto que dispensava um debate público. No meu ponto

de vista, isso só foi concebível por se tratar de um ato da Igreja Católica, pois é notável que dentre os atores religiosos, a CNBB é aquela que, talvez, tenha uma maior respeitabilidade, seus posicionamentos ainda são escutados com maior atenção. Essa é uma demonstração da força da presença católica, eu diria ainda que o nosso imaginário, a paisagem urbana, etc, são ainda bastante dominados por referências católicas. Por uma série de motivos, o catolicismo tem perdido adeptos, conforme mostram as pesquisas; porém, em termos de força social, não podemos ignorá-la, e é algo que realmente precisa ser acompanhado e considerado.

No entanto, o próprio acordo com a Santa Sé também demonstra a força dos evangélicos, pois para que o acordo se tornasse lei foi necessário passar pelo Congresso Nacional e, na ocasião, os parlamentares evangélicos demonstraram bastante resistência à sua aprovação, afirmando que só a aprovariam caso também houvesse outra lei que a acompanhasse, estabelecendo os mesmos direitos para outras religiões. Esta lei então foi formulada por estes parlamentares, e ficou conhecida como ‘Lei Geral das Religiões’, que, no momento, está no Senado². Enfim, sua aprovação no Congresso só ocorreu quando os evangélicos também propuseram outro projeto de lei estendendo os termos do acordo a todas as religiões. Além deste caso específico, há uma série de outros elementos que demonstram a inserção dos evangélicos no espaço público, seja na paisagem urbana, na indústria cultural com o gospel, por meio de filmes e novelas, etc.

Eu diria que isso também desperta reações dentro do campo religioso, como a preocupação que vem do universo afro-religioso. Ainda que não tenham força dentro do Congresso Nacional, percebemos algumas medidas que visam um maior reconhecimento e respeito a esse universo. Algumas políticas de Estado estão sendo sistematizadas neste sentido, e têm surtido certo impacto para o universo afro-brasileiro, sobretudo, políticas direcionadas ao campo da cultura.

O senhor acredita que as ações oriundas de movimentos culturais e sociais também contribuem para esta mudança?

Emerson Giumbelli: Acredito que sim. O fortalecimento de movimentos da sociedade civil, já numa dimensão não religiosa, como os movimentos feministas, ativismos LGBTs, dentre outros, que reivindicam ou apoiam a ampliação de direitos e que consideram as forças religiosas como adversárias. Neste sentido, têm gerado alguns desafios, colocado resistências e exigências em relação às quais os religiosos, sobretudo os evangélicos, são obrigados a se posicionar e responder.

É impossível entender a projeção que tem uma figura como Silas Malafaia³ fora deste conjunto de tensões. Este é apenas um bom exemplo de que, para entender o que acontece dentro da religião, é preciso prestar atenção no que está acontecendo fora dela. Todas estas questões

demonstram que a Igreja Católica possui uma grande força social, mas é evidente que a inserção de outros atores religiosos tem alterado um pouco esta relação entre Estado e Igrejas, especialmente visando a liberdade religiosa e a igualdade de direitos.

Em que medida a atuação das instituições evangélicas tem promovido mudança no campo político brasileiro? Tal relação, no Brasil em particular, vem contribuindo para o fortalecimento da democracia?

Emerson Giumbelli: Estamos vivendo um momento particularmente dramático na nossa democracia brasileira, ainda em processo de construção. A democracia é bastante complexa, é formada por uma série de princípios e exigências, ou seja, não basta dizer que a democracia é a vontade da maioria, pois se a reduzirmos a isso haverá ainda mais desrespeito às minorias e, no limite, a criação de cidadãos de ‘segunda categoria’.

Outro aspecto a ser levado em consideração são as pessoas que fazem a democracia, seja na posição de eleitores ou na posição de representantes, e precisamos refletir e acompanhar a formação dessas pessoas. Me refiro, por exemplo, às escolas. Como estão as escolas, o que faz parte do currículo escolar, que tipo de entendimento as pessoas têm sobre a política, qual sua participação em questões referentes à política? Eu vejo que as religiões possuem um papel em todos esses processos, seja porque elas estão dentro dos parlamentos, em vários âmbitos, não só no Congresso Nacional, mas nos legislativos municipais, dentre outros espaços. Elas participam literalmente disso que é um dos principais mecanismos democráticos.

Mas considero importante destacar que as religiões também participam da formação das pessoas, e isso não vai em uma única direção. Cito, por exemplo, o fato de que algumas pessoas se motivam a aprender a ler para conseguir ler a bíblia. Muitas vezes essa convivência com a bíblia gera a motivação para alfabetização. Neste sentido, embora a religião, para algumas pessoas, ainda signifique imposições e regras, não se restringe a este papel, mas também ao de estar conferindo uma habilidade que depois pode ser utilizada fora da religião. Enfim, trata-se de uma ligação complexa entre religião e democracia, de um lado, porque nossa democracia está em construção; por outro, acredito que a religião atua em vários âmbitos e participa desta maneira em vários momentos.

A relação entre religião e política é uma questão eminentemente brasileira? Podemos afirmar que movimentos semelhantes ocorrem em outros países, como na Europa ou Estados Unidos?

Emerson Giumbelli: Depende da dimensão em que nos propomos a pensar. Geralmente, quando pensamos na relação entre religião e política, tendemos imediatamente a nos referir à presença do religioso em cargos parlamentares, em cargos executivos, e isso tem acontecido em outros países.

Na América Central temos vários exemplos desta inserção. Em alguns países da América do Sul, um espaço que eu conheço melhor, também acontece essa relação – me reporto ao cristianismo, pois se formos para o universo do Islã, encontramos experiências em vários outros lugares. Acredito que, mesmo neste aspecto mais estrito, é interessante acompanhar a situação do Brasil, cotejando e estabelecendo comparações com experiências ocorridas em outros países. Esse exercício é importante, até para podermos dimensionar o que vem acontecendo aqui, e também para perceber que não há uma tradução automática entre uma força religiosa que pretenda se transformar em força política.

Precisamos avançar na compreensão das características do sistema político brasileiro, que acaba facilitando essa tradução do religioso para o político, o que não acontece em outros países, como por exemplo, a Argentina, que possui um sistema eleitoral e partidário bem distinto do nosso.

Isso no que diz respeito ao entendimento mais estrito da política. No entendimento mais amplo, acredito que a situação vivenciada nos Estados Unidos e na Europa é bastante interessante. Cito como exemplo a figura de Donald Trump, que é um dos candidatos nas próximas eleições dos Estados Unidos. Não é possível compreender suas expressões e posicionamentos se não levarmos em consideração a questão religiosa. Do mesmo modo, não é possível entendermos o que acontece na Europa em relação às políticas migratórias sem passar pelo religioso.

Não digo que o religioso seja a questão central, ou o único meio de explicação dessas situações, mas que o religioso está inserido neste plano da política, pensada em termos das questões que envolvem concepções de nacionalidade, cidadania, pertencimento, identidade. Nesse sentido, parece que Estados Unidos, Canadá e vários outros países da Europa, para ficarmos nesta parte do mundo, são riquíssimos para levarmos adiante esta discussão.

As pesquisas censitárias têm demonstrado o aumento no número de brasileiros que se declaram evangélicos, e também dos “sem religião”. Como podemos analisar este contexto? Estamos de fato caminhando para reconfiguração do campo religioso no Brasil?

Emerson Giumbelli: Em primeiro lugar, o que temos em questão são os dados revelados em pesquisas que questionam sobre as afiliações, pertencimentos ou identificações religiosas das pessoas e, neste quesito, sim, identificamos tendências consistentes em relação à diminuição de católicos, ao crescimento dos evangélicos, dos ‘sem religião’ e, em outra escala, o aumento dos espíritas, além de vertentes que não fazem parte dessas linhas dominantes. Temos, portanto, a partir destes dados, algumas tendências que já foram bastante discutidas. O desafio agora está em conseguirmos relacionar estas tendências com outras dimensões que fazem parte da constituição do campo

religioso. O meu esforço tem sido exatamente nesta direção, embora tenha trabalhado pouco com os dados de afiliação religiosa divulgados pelo IBGE. Prefiro direcionar meus estudos a outras dimensões, dentre elas, a questões relacionadas à diversidade e à pluralidade religiosa. Por exemplo, espaços religiosos em instituições públicas, como no caso de capelas existentes em hospitais, assembleias legislativas, câmara de vereadores, eventualmente em fóruns ou escolas e universidades, aeroportos, quartéis, enfim, espaços que estejam à disposição das pessoas que circulam por estas instituições.

Neste plano, coloco o desafio de entender como se concebe a convivência entre diferentes religiões. Nos casos que venho acompanhando em Porto Alegre, tenho encontrado algumas experiências que buscam criar alternativas ao modelo de capelas católicas ou exclusivamente cristãs, que geralmente aparecem com maior recorrência. Tento mostrar, com base em situações que buscam alternativas a estes modelos, que existem várias possibilidades, imaginárias e concretas, em que o que está em jogo, num certo sentido, é o mesmo processo que ocorre nos números do IBGE, e que podemos descrever com a palavra 'descatolização'. Podemos observar isso tanto nos dados estatísticos, como também por meio de outras ferramentas ou instrumentos, como estes exemplos que eu trago sobre os espaços religiosos⁴.

Acredito que devemos dar importância a estes outros âmbitos, possibilitando a construção de um quadro que leve em consideração estas várias dimensões existentes. Enfim, considero que, sem dúvida, estamos diante de uma transformação do campo religioso, mas são transformações que envolvem diversos fatores, que conjugam diversos âmbitos, e criam um quadro complexo que visa dar conta dessa multiplicidade de dimensões do campo religioso. Torna-se um desafio para nós pesquisadores contribuir para o entendimento destes processos.

Algumas de suas pesquisas buscam estudar a relação entre religião e espaço público, utilizando a categoria cultura como mediadora. Por que a escolha desta categoria para análise da atuação da religião no espaço público?

Emerson Giumbelli: Eu destacaria duas razões. A primeira porque, ao tentar entender o lugar da religião na sociedade brasileira, eu me deparei em vários momentos com este termo 'cultura'. Isso fica mais claro dentro do universo afro-religioso, que historicamente encontrou dentro da cultura uma maneira de provocar o reconhecimento, seja por parte do Estado ou da sociedade e, neste sentido, uma certa ideia de africanidade ou negritude teve bastante relevância. Mas também identifiquei que o mesmo acontecia no universo católico, por exemplo, quando acompanhei o tema dos símbolos religiosos, mais especificamente no caso dos crucifixos em repartições estatais, como tribunais e assembleias legislativas. Percebi que a presença dos crucifixos

era muitas vezes justificada em termos da cultura, mais precisamente uma cultura nacional, e que o símbolo não seria meramente ou estritamente um objeto religioso, mas um objeto representativo a expressar nossa formação em termos de cultura nacional. Deparei-me também, no próprio universo evangélico, com essa ocorrência a partir do crescimento do universo gospel, principalmente como parte da indústria cultural. Isto é, a partir da música que vêm sendo rotulada como gospel, a música cristã de massa gerou uma demanda por reconhecimento como cultura.

A segunda razão é porque sou antropólogo, e a noção de cultura é uma das bases da Antropologia. Quando escutamos a palavra cultura, é muito difícil não nos sentirmos implicados, convocados a dizer alguma coisa a respeito, ou a pelo menos prestar atenção neste contexto. Então, o desafio é entender como essa ideia, que é tão importante para Antropologia, é também relevante para a sociedade, buscando perceber quais são os sentidos com que esta ideia, palavra, categoria ou conceito circula na sociedade.

É claro que, em alguns casos, os antropólogos estão diretamente implicados, como, por exemplo, no caso das religiões afro-brasileiras. Em processos de tombamento por parte do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), estes profissionais são chamados para fazerem pareceres que vão fundamentar demandas de terreiros, mais especificamente do candomblé ou do tambor de mina. Esse fato demonstra a importância que tem a noção de cultura para a Antropologia, e embasou a justificativa para lançar meu atual projeto de pesquisa voltado a entender as relações entre religião e cultura⁵.

O livro “Símbolos religiosos em controvérsias” traz um pouco da sua trajetória de pesquisa. Poderia narrar um pouco sobre este livro?

Emerson Giumbelli: “Símbolos religiosos em controvérsias” compila um conjunto de esforços que, na época em que estavam sendo produzidos, não foram pensados para a composição de um livro, cuja ideia surgiu posteriormente. Mas fez sentido a partir de um interesse sistemático, eu diria, nessa questão mais ampla que é estudar a presença da religião no espaço público, na medida em que, como disse anteriormente, a religião é vista como um problema e, portanto, uma questão a ser resolvida ou enquadrada.

Neste momento, que corresponde aos últimos dez anos da minha trajetória – em que passei a me dedicar a essa questão dos símbolos, dos crucifixos, dos espaços religiosos e do tombamento de terreiros, conforme já mencionei –, apareceu também a oportunidade de trabalhar com a história do Cristo Redentor, sobre o qual, a despeito de ser entendido como um símbolo nacional, havia poucas pesquisas e discussões sistematizadas. Assim, o livro é resultado deste interesse pelo tema dos símbolos religiosos e do que eles podem revelar sobre os mecanismos que estabelecem definições e lugares para religião em nossa sociedade, sendo que esta temática também envolve

discussões acerca da diversidade religiosa: como se justifica um lugar maior ou menor para as diferentes religiões no espaço público.

Gostaria de acrescentar que este meu interesse pelos monumentos, assim como pelos crucifixos, dialoga com uma discussão da Antropologia recente, que às vezes é chamada de Antropologia dos Objetos, mas que de uma maneira mais abrangente procura pensar a religião através de suas expressões materiais. A propósito, existe uma revista editada na Inglaterra que se chama exatamente "*Material Religion*" (Religião Material), constituída nessa proposta de entender a religião a partir das suas expressões materiais, e é justamente neste sentido que tenho promovido um diálogo entre a temática religião no espaço público e a Antropologia voltada para compreensão dos objetos, das materialidades religiosas.

Neste momento, quais são os novos projetos e inquietações intelectuais que estão no seu horizonte?

Emerson Giumbelli: O projeto atual, que também se insere na temática da relação entre religião e cultura, é de certa forma um desdobramento do que tenho pesquisado. Em razão disso, um dos capítulos do livro "Símbolos religiosos em controvérsias", intitulado "Cultura pública: evangélicos e sua presença na sociedade brasileira", parte deste novo projeto, no qual exploro um pouco mais a emergência dos evangélicos e do gospel. Enfim, a cultura já estava presente em vários textos do livro, e este último projeto a torna uma questão central.

Além do gospel e do universo afro-brasileiro que eu já mencionei, trabalho num terceiro campo, que é o turismo religioso, um campo que considero interessante, no qual têm acontecido várias mudanças. Interessante mencionar que a própria Igreja Católica – que antes via com estranheza a expressão 'turismo religioso' e preferia se referir a essas pessoas enquanto devotos, peregrinos ou romeiros – tem mudado sua percepção. Há alguns anos, a CNBB abraçou a ideia de uma Pastoral do Turismo, mostrando desta forma que a própria Igreja tem reformulado sua atitude em relação ao tema, e isso tem correspondido a transformações que acontecem nas estruturas dos próprios Santuários mais tradicionais, como o de Aparecida, ou a Santuários mais recentes, como é o caso de Nova Trento, Santuário de Santa Paulina em Santa Catarina. Tenho me interessado por acompanhar essas questões, inclusive no próprio âmbito do Ministério do Turismo, ou seja, do Estado brasileiro, uma vez que o turismo religioso é considerado uma modalidade de turismo cultural.

Por fim, acrescentaria que tudo que tenho pesquisado é realizado dentro de diálogos e investimentos coletivos por meio do Núcleo de Estudos da Religião (NER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com os colegas professores, pesquisadores que nos visitam, estudantes que orientamos e também por meio de diálogos mais amplos com colegas de

outros lugares e outras universidades. Ou seja, tudo que elenquei em meu horizonte, na verdade, só faz sentido nesse diálogo contínuo com Porto Alegre, com o Brasil e também na América Latina, pois tenho feito esse esforço em dialogar com colegas do Uruguai, da Argentina, do México, e essa relação tem sido interessante, pois também está em sintonia com discussões que acontecem na Europa e nos Estados Unidos. Para mim, é fundamental entender o trabalho e a produção intelectual como algo coletivo, que se fazem inseridos em diálogos e em projetos coletivos.

Notas

* Mestranda em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Assistente Social do Instituto Federal do Paraná, Campus de Paranavaí. E-mail: amanda.pinheiro@ifpr.edu.br.

** Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail: daiananunesdarosa@gmail.com.

¹ O Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder tem como objetivos desenvolver pesquisas em uma perspectiva interdisciplinar, relacionadas às relações de poder presentes nas definições culturais, sociais e econômicas. Uma das pesquisas desenvolvidas pelo referido grupo intitula-se “Religião e Política: participação de agentes religiosos no legislativo municipal”, sob a coordenação do Prof. Frank Antonio Mezzomo e com financiamento do CNPq. Mais informações acessar: <http://www.fecilcam.br/culturaepoder/>.

² A proposta desta lei foi uma reação ao acordo estabelecido entre Estado e Santa Sé, e em linhas gerais, visa estender os mesmos direitos do acordo a todas as religiões. Conferir: GIUMBELLI, Emerson. O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião. **Ciencias Sociales y Religión (Online)**, Porto Alegre, v. 14, p. 119-143, 2011.

³ Silas Malafaia é pastor presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Coordena e apresenta o programa de televisão com o mesmo nome e é considerado atualmente, um dos líderes evangélicos de maior influência no Brasil.

⁴ Para mais informações sobre esta pesquisa ver: GIUMBELLI, Emerson. O que é um ambiente laico? Espaços (inter) religiosos em Instituições públicas. **Cultura y Religion**, Santiago de Chile, v. 7, n. 2, p. 32-47, 2013.

⁵ Trata-se do projeto intitulado “Religião, cultura e espaço público”, financiado por Bolsa de Produtividade do CNPq.

Recebido em: agosto de 2016.

Aprovado em: setembro de 2016.